

# O mercado também entende de escola

Levou 9 meses e apareceu: lei da oferta e procura fixaria mensalidade

Os órgãos normativos da área educacional, os estabelecimentos de ensino e as associações de pais precisaram de quase nove meses para chegar a uma conclusão lógica: a briga (até mesmo judicial) em torno das mensalidades não levou a nada. Ao se analisar a relação dos valores que serão praticados pelas escolas privadas, até novembro próximo, é possível constatar que os mesmos percentuais de aumento seriam alcançados se prevalecesse a economia de mercado.

Segundo o chefe da Divisão de Inspeção de Ensino da FEDF, Júlio Gregório, se as pendências entre proprietários e pais obedecessem a lei da oferta e da procura, observando-se o critério máximo de 10 por cento no lucro, as mensalidades se comportariam normalmente, ao longo desse período, até que se chegasse no mesmo ponto onde hoje se encontram. Na listagem liberada pela Comissão de Encargos Educacionais, alguns estabelecimentos tiveram seus preços reduzidos, outros elevados, e um terceiro grupo manteve o patamar.

Gregório ressalta que, no caso das escolas cuja mensalidade se encontrava abaixo do divulgado pelo Conselho de Educação do DF, não há motivo para uma majoração somente pelo fato de a legislação permitir. "Se antes da regulamentação os valores praticados viabilizavam seu funcionamento, ou seja, garantiam a margem de lucro, não há motivo, agora, para elevá-lo". Na situação inversa, quando os pais estariam pagando mais do que o devido, existe a obrigatoriedade de ressarcimento.

Mesmo que a escola devolva a quantia cobrada a mais, a Sunab irá autuá-la, em obediência a um convênio firmado com o próprio CEDF — o valor da multa é regulado pela superintendência chegando, nesse caso específico, a Cz\$ 600 mil por aluno. Em um de seus artigos o decreto nº 95.921, de 14 de abril de 1988, confirma a punição aos estabelecimentos privados mas não há nenhum item que obrigue os pais a compensar os colégios que cobraram a menos nesses meses tumultuados.

## PANACEIA

O cálculo do MEC, revela Gregório, antes entendido como "panacéia" para os problemas educacionais, acabou por gerar distorções nas diversas unidades da rede privada, e mesmo entre as séries que compõem o educandário. "A relação é o retrato da aplicação do decreto, que tinha por objetivo solucionar a questão das mensalidades escolares, comprovando-se o equívoco". Em abril passado, o técnico da Fundação fez uma previsão quanto aos valores que seriam estabelecidos, baseados na fórmula elaborada pelo Ministério da Educação.

A divulgação dos números fica em suspenso, devido a longa batalha judicial que se iniciava. Após tanta disputa e uma miscelânea de percentuais, a lista das

mensalidades praticamente obedece, hoje, a antevisão de Gregório. Naquela época, 175 escolas (48 por cento) aumentariam seus preços; 137 (39 por cento) reduziam e 46 estabelecimentos (13 por cento) permaneceriam com os mesmos valores. Excetuando-se as que fizeram acordo em separado com os pais, a divisão é quase a mesma.

Dessa forma, é possível prever uma ação não muito contundente da Sunab, já que em certos casos não haverá o que procurar de irregular. O responsável pela Comissão de Encargos Educacionais aponta a falha do decreto 95.921: definiu apenas uma fórmula em uma área onde são diferenciados por completo. Nessa composição matemática o valor que seria apresentado como a mensalidade de abril incide sobre dezembro de 1987. Estabelecimentos mais novos, entretanto, não têm regulada sua primeira cobrança, criando distorções.

"Assim, o mesmo fator incidirá sobre os carnês dos colégios que já diziam estar defasados e sobre a quantia determinada em unidades educacionais recém-criadas, cujos valores são sempre mais altos". Esta é a resposta para discrepâncias como o custo do ensino para os pais no Pedacinho do Céu, localizado no Guará, que cobrará, na faixa de 4ª a 8ª série, Cz\$ 41 mil 454. No Marista, esta modalidade educacional fica em Cz\$ 17 mil 662.

## CUSTO

Se duas escolas antigas apresentarem mensalidades em muito diferenciadas, a origem do problema estará na otimização do serviço em uma delas. "Algumas têm 60 alunos em sala, aulas através de vídeo e sistema computadorizado, outras não colocam mais do que 30 estudantes em cada ambiente e contratam vários professores para cada disciplina". Esse custo com o corpo docente só pode ser repassado em 70 por cento ao valor do carnê, os demais 30 por cento representam gastos com manutenção e material.

Como o custo da atividade educacional será rateado entre os alunos, cobrará menos quem possuir maior número de matrículas por educador. O membro do CEDF ressalta que, em um dos artigos, o decreto baixado pelo MEC premia a má administração. Ele permite um lucro às escolas de 10 por cento sobre as despesas. Entende-se daí que, quem mais gastar, maior superávit obterá".

Em 1989 volta a valer somente o Artigo 1º da determinação, que instituiu o sistema da liberdade vigiada. Segundo Gregório, as escolas utilizaram este ano uma "janela" para recuperarem o salário dos professores. O acordo coletivo firmado com a classe patronal especificava um ganho real à categoria, retroativo a março. O decreto narra que o aumento dos professores concedidos na data-base pode ser repassado, respeitando-se o percentual já citado às mensalidades, o que facilitou um contrato vantajoso.

## Mãe diz que foi agredida

Uma simples discussão entre o coordenador pedagógico do Centro Educacional Planalto, Francisco José Alves Vieira, e a jornalista Maria Lopes, com dois filhos matriculados no colégio, acabou se transformando num desagradável incidente. Acusando o coordenador de tê-la agredido fisicamente porque não aceitou o pagamento da mensalidade calculada em OTN, Maria Lopes registrou ocorrência na 1ª DP segunda-feira passada, exigindo providências contra o estabelecimento.

— Estou com hematomas na mão e braço esquerdos, sem poder movê-los. Vou até o fim, para que o colégio seja punido — garantiu a jornalista, acrescentando que se submeteu no mesmo dia a exames de lesões corporais no Instituto Médico Legal (IML). Segundo ela, quando se negou a pagar a prestação oteenzada, "fui seqüestrada e fiquei 10 minutos trancada numa sala com aquele homem, ouvindo insultos".

O "seqüestro" de Maria Lopes ocorreu depois das agressões físicas: "Quando falei que só pagaria depois de consultar o Procon, ele começou a gritar comigo, dizendo palavrões e me bateu. Só não deu pontapé porque ele estava do outro lado do balcão". "Como a mãe de um aluno pode ser agredida pelo filho do dono do colégio porque se recusa a pagar algo que acha ilegal?", perguntou, referindo-se a Francisco Alves. "Até meu talão de cheques ele rasgou".

Ele, por sua vez, apresenta ou-

tra versão para o incidente. Qualificando-se como coordenador pedagógico, disse que estava por acaso na secretaria quando Maria Lopes apareceu. "Ao vê-la, percebi que ela não estava em seu estado normal. Assim que informei que as duas prestações deveriam ser pagas em 4,56 OTNs, ela falou durante 20 minutos. O sino tocou e perguntei se ela iria pagar ou não".

Segundo Francisco Alves, Maria Lopes preencheu o cheque, mas não o assinou. "O recibo já havia sido carimbado e ela ficou olhando uns quatro minutos para o talão. Quando perguntei sobre o que tinha se decidido, aí começou a gritar e deu um soco no balcão. Bati minha mão por cima da dela".

## PUNIÇÃO

Omar Abbud, vice-presidente da Associação de Pais de Alunos (APA), considerou "lamentável" o ocorrido. "É inexplicável que uma pessoa seja agredida numa escola por causa de algo que não está de acordo com a lei". A entidade vai acompanhar todos os passos de Maria Lopes para fazer com que o agressor sofra punição exemplar.

Só depois da divulgação do laudo do IML é que a polícia tomará providências, disse o delegado-substituto da 1ª DP, Valdemar Ribeiro, esclarecendo que o resultado deve sair em uma semana. "Vamos apurar quem foi o culpado, se ela ou o coordenador pedagógico", afirmou.

## Procon vê hora de cobrar

— Em primeiro lugar, a empresa particular de ensino não é opção da classe média. O ensino público não oferece número suficiente de vagas, conforme prevê a Constituição em vigor, e os pais não têm outra alternativa — disse Elisa Martins, diretora do Procon.

Segundo ela, já que a educação é direito do cidadão e dever do Estado, alguma coisa deve estar errada: "Não culpo a comunidade pela situação difícil em que se encontra com relação às mensalidades. Isto que aí está é decorrente de uma política praticada pelo Ministério da Educação, ao longo dos últimos 20 anos, que só fortaleceu o sistema privado em detrimento do ensino público".

## COBRANÇA

E Brasília parece ser um bom exemplo para ilustrar a afirmativa da diretoria do Procon. Para apenas uma universidade públi-

ca, existem mais de cinco particulares. Elisa Martins aconselha os pais e alunos a exigir, depois da promulgação da nova Carta constitucional, que o Governo controle definitivamente o problema das mensalidades escolares, que, de acordo com ela, tem levado a classe média ao caos. "Salários achatados, a classe média perdendo a qualidade de vida — são fatores suficientes para que o Estado fique alerta doravante", — ressaltou.

— Ninguém quer que os filhos estudem de graça. O que os pais demonstram é vontade de pagar um preço justo. Como pedagoga, acho que as instituições não têm os gastos exorbitantes que alegam. Acredito que chegou a hora de se jogar limpo, abrindo os livros de receita e despesa real para os pais. Por que não se fez isto? — Indagou a diretora. Ela diz que ninguém se negaria a pagar o custo verdadeiro da escola para seus dependentes.